

A SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA E O DISCURSO EPISTEMOLÓGICO DE PIERRE BOURDIEU¹

Cristiana Mercuri de Almeida Bastos

RESUMO: *O objeto deste artigo é a articulação que Bourdieu constrói entre as reflexões epistemológicas, que definem a ciência a partir da concepção de ciência, em vias de se fazer, e a análise sociológica, que apresenta a ciência como prática sócio-histórica. Tem como objetivos apontar algumas das “tensões” conseqüentes da historicização, à qual a ciência é submetida, operada pela análise sociológica de Pierre Bourdieu, e desvelar as “soluções” que este apresenta, a partir da noção de duplas verdades, para não ser confundido com as perspectivas relativistas que, de acordo com seu discurso, reduzem a ciência à história. O discurso desse pensador revela as especificidades de uma prática social que tem racionalidade própria, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtora de sua história. Bourdieu admite que a ciência é, necessariamente, condicionada sócio-historicamente, mas, por essa história, é também capaz de desenvolver instrumentos para controlar os erros e os mecanismos que os engendram. Desse modo, a análise sociológica, porque também submetida à reflexividade, constitui-se em um desses instrumentos fundamentais para conferir o rigor científico aos produtos de uma prática social, pois detém as condições propriamente científicas para manter o controle possível dos obstáculos epistemológicos relativos às condições sociais de produção imanentes à ciência. De acordo com os pressupostos acima explicitados, as reflexões centram-se na importância da sociologia da ciência para o rigor científico, e como suas análises podem redefinir a construção de objetos nas diversas disciplinas, participando, assim, da polêmica da razão epistemológica.*

Palavras-chave: Epistemologia; Sociologia; Bourdieu

O “lugar” da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu em seu discurso epistemológico é o objeto deste trabalho. O discurso epistemológico desse pensador se baseia essencialmente no *racionalismo aplicado*² de Gaston Bachelard, este, por sua vez, é reconhecido como o arauto de uma filosofia da ciência que nega a dissociação entre razão e empiria e se sustenta na perspectiva da *ação polêmica da razão*.

A *polêmica incessante da razão* constitui uma perspectiva epistemológica que sustenta, no “diálogo” razão/empiria, a possibilidade de apreender a lógica do *erro* e defende o princípio de que o conhecimento científico se estabelece por sucessivas e permanentes retificações.

¹ Esse artigo apresenta alguns dos eixos da dissertação de mestrado da autora, que teve como orientadora a Professora Doutora Elyana Barbosa, e foi defendida em março de 2004 na Universidade Federal da Bahia no Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências, cujo título é *A sociologia da ciência e polêmica epistemológica: uma reflexão em Pierre Bourdieu*. Cristiana Mercuri de A Bastos é professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. E-mail: cristianamercuri@uol.com.br.

* Neste trabalho, foi adotado o sistema de chamada autor-data para indicar as citações. Entretanto, nas citações de Bourdieu, tendo em vista a frequência e para facilitar o reconhecimento da obra, o sobrenome será substituído pela primeira palavra do título citado, seguido do ano e número da página. Este procedimento dispensou o uso de letras minúsculas após a data, distintivas das obras publicadas no mesmo ano, na lista de referências.

² Diz Bourdieu (*A profissão*, 2000, p. 101): “Colocando-se no centro epistemológico das oscilações, características de todo pensamento científico, entre o poder de retificação próprio da experiência e o poder de ruptura e criação peculiar à razão, Bachelard pode definir como racionalismo aplicado e materialismo racional a filosofia que se atualiza na ‘ação polêmica incessante da Razão’.”

Nesse sentido Bachelard apresentou a concepção de *psicanálise do espírito científico* que consiste no trabalho de identificar e submeter à objetivação os *obstáculos* ao conhecimento científico.

A breve explicitação dos pressupostos da filosofia de Bachelard se faz importante para situar mais claramente o ponto de partida dessa reflexão, ou seja, a afirmação de Bourdieu sobre a necessidade de estender a *psicanálise do espírito científico*, através da análise de um *obstáculo* não apresentado por Bachelard: as condições sociais nas quais são produzidas as obras científicas.

A questão central fundamenta-se, notadamente, na conseqüência do reconhecimento das condições sociais como *obstáculo* ao conhecimento científico, pois, diante da proposta de ampliação da *psicanálise do espírito científico* para contemplar as condições sociais nas quais este conhecimento é produzido, a sociologia, como possibilidade científica dessa análise, é inscrita na polêmica epistemológica.

Desse modo, a pergunta que orientou a pesquisa que ora apresentamos é: Como a sociologia se inscreve no discurso epistemológico de Pierre Bourdieu? Mais especificamente, essa questão central desdobrou-se em três outras perguntas: Como se constitui a relação entre a análise sociológica e a polêmica epistemológica? Quais os pressupostos que sustentam essa relação? E, quais as conseqüências da referida inclusão? Ou seja, quais as conseqüências da inclusão das análises sociológicas na polêmica epistemológica para o trabalho de *construção* do objeto?

Para dar conta dessas questões, faz-se necessário explicitar o discurso de Bourdieu sobre a ciência que, também de acordo com Bachelard, tem como pressuposto que a compreensão da ciência deve partir do desvelamento da ciência *em vias de se fazer*³ e não a partir da ciência como produto acabado. O que tem como conseqüência a afirmação da centralidade do fazer científico.

No sentido de apresentar a concepção do fazer científico no pensamento de Bourdieu, serão destacadas duas dimensões que constituem para ele uma unidade. A primeira dimensão é o discurso epistemológico que enuncia os princípios a que a atividade científica deve obedecer e, ao mesmo tempo, torna-se referência para o que Bourdieu reconhece como ciência. E a segunda é o discurso sociológico que compreende o fazer científico como *prática* social que se realiza em um *espaço social* específico, produto e produtor dessa *prática*.

A dimensão relativa ao discurso epistemológico adquire concretude nos *atos epistemológicos*, e estes supõem que a qualidade de “ser” científico somente pode ser conferida a conhecimentos que tenham sido constituídos de acordo com os *atos de ruptura, construção e constatação*, nos termos da unidade e da hierarquia atribuídas pelos fundamentos do *racionalismo aplicado*.

Os referidos pressupostos assumem que o conhecimento científico se distingue fundamentalmente do *senso comum*⁴ pelo esforço de colocar no “lugar do pensado” todo o

³ Cf. *A profissão*, 2000, p. 101. É importante sinalizar, desde já, que a concepção que tem como foco a *ciência em vias de se fazer*, aqui inscrita no discurso de Bourdieu sobre as *preliminares epistemológicas*, pode ser articulada coerentemente aos princípios que norteiam a sua “teoria da prática”, como será explicitado no decorrer deste trabalho. Sobre esta questão, Pinto (2000, p. 45) se posiciona: “Não separar o *opus operatum* do *modus operandi*, o tema do esquema, e o esquema do contexto: o que Bourdieu nos ensina a respeito da prática dos agentes se aplica, é claro, primeiramente a esse objeto de teoria que ele nos propõe: a prática como tal. De fato, seria paradoxal, justo quando se pretende reconhecer o considerável aporte da noção, reduzi-la à condição de idéia inteligível, desligada de suas condições de produção.”

⁴ Esclarecendo a definição de *senso comum*, Bourdieu enuncia: “Todavia construir um objecto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído

conhecimento utilizado sob a forma de recursos para a investigação. Para diferenciar-se do *senso comum*, a *prática* científica tem que utilizar ao máximo o instrumental a seu alcance no sentido de evitar a presença de pré-construções em suas elaborações. O risco da “invasão” de pré-construções precisa ser controlado.

De acordo com os princípios do *racionalismo aplicado* de Gaston Bachelard, que propõe a *polêmica incessante da razão*, a *construção* dos objetos, reconhecidos também na perspectiva de Bourdieu como científicos, exige, constantemente, a colocação em questão dos pressupostos que orientam o trabalho de experimentação, definindo que o mesmo princípio que admite a precedência da razão como condição do trabalho científico supõe colocar, permanentemente, tais pressupostos à prova da experimentação, no *diálogo teoria/medida*.

Desse modo, o fazer científico só se estabelece como tal à medida que for de capaz de operar as *rupturas* possíveis com qualquer conhecimento pré-construído, destruindo sistemas de relações constituídos a partir do *senso comum*; de realizar *construções* que consistem na substituição de *totalidades concretas* por um *conjunto de critérios abstratos*; e de reconhecer “o imperativo da constatação” que identifica uma “ciência experimental”, respeitando o diálogo permanente entre razão e empiria.

Para Bourdieu, o que fundamenta a necessidade dos atos epistemológicos são os princípios estabelecidos em sua *teoria do conhecimento social*. O primeiro dos princípios da *teoria do conhecimento social* defendida por ele ou, **o princípio da não-consciência**, consiste em assumir que o investigador adota pressupostos de maneira não-consciente, compreendendo a atividade científica como *reflexão individual do sujeito que conhece*, e não como atividade estabelecida a partir de um conjunto de relações constitutivo da ciência, e, desta forma, não reconhece a necessidade de que a ciência submetta tal condição à análise, para que possa ser desvelada.

O *princípio da não consciência* aponta para o fato de que as determinações do fazer científico não são “automaticamente” colocadas no lugar do pensado. Na perspectiva de Bourdieu, esse princípio se constitui na condição fundamental para o trabalho de *ruptura* e, portanto, impõe o seu “avesso” também como um princípio; ou seja, o segundo pressuposto é a necessidade de que o pesquisador submetta *sua prática aos princípios da teoria do conhecimento sociológico*. Referindo-se a este segundo princípio como **o avesso do princípio da não-consciência**, Bourdieu indica o problema central: a relação do intelectual com a cultura ou a relação do intelectual com a condição de intelectual, afirmando que esta deve ser submetida à *polêmica da razão*.

Na reflexão sobre esse segundo princípio, é possível encontrar mais claramente um dos fundamentos cruciais para esta reflexão: ao mesmo tempo que se trata de um princípio epistemológico, por apontar para um dos *obstáculos à construção* do conhecimento científico, este *obstáculo* constitui-se em uma relação eminentemente social e, para ser controlado, deve ser tomado como objeto da análise sociológica.

O terceiro princípio, **a ilusão da transparência**, ou melhor, a ilusão de que a percepção seja capaz de conferir a possibilidade do conhecimento, supõe a proximidade entre a *experiência ingênua*, ou as opiniões, e a experiência científica. A concepção de que o mundo social pode ser desvelado a “olho nu” é contestada veementemente por Bourdieu que, tomando Durkheim, reafirma que o sociólogo deve penetrar *no mundo social como em um mundo desconhecido*.⁵

O quarto e último dos princípios, **o emprego da linguagem comum**, indica que é preciso analisar *a lógica da linguagem comum* para desvelar como essa lógica pode estar introduzindo,

está em toda parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa.” (*O poder*, 1989, p. 34).

⁵ Cf. *A profissão*, 2000, p.26.

“clandestinamente”, na investigação, problemas e sistemas “formulados” por ela, e não por critérios notadamente científicos.

Esses princípios da *teoria do conhecimento social* de Pierre Bourdieu remetem ao que ele identifica como *obstáculos epistemológicos*, uma noção também bachelardiana, estes são “mecanismos” que carregam o risco da inclusão de pré-noções não “compatíveis” com a *polêmica da razão*. Nesse sentido, a *noção de obstáculo epistemológico*, ao ser tomada como ferramenta teórica, “responsável” pela identificação e explicitação de *erros* e dos mecanismos que os engendram, é condição para o conhecimento destes e, assim, para a *vigilância epistemológica* necessária para que a *ruptura* seja efetivada.

A *vigilância epistemológica* pode ser definida como a atitude de atenção permanente, necessária ao controle possível dos *obstáculos epistemológicos* e, para que se efetive, requer instrumentos e técnicas relativos aos riscos apontados pelos princípios da *teoria do conhecimento social* de Bourdieu, anteriormente citados. São três os graus de *vigilância*: a *vigilância simples* que supõe a própria existência do método porque admite as contingências imanentes aos “objetos concretos”; a *vigilância da vigilância simples* que se volta para o rigor na aplicação do método; e a *vigilância de terceiro grau*, identificada por Bourdieu como a da ordem propriamente epistemológica, que se refere ao método, permitindo permanecer colocando seus princípios na “mira”, por assim dizer, da *polêmica da razão científica*, o que rompe, segundo ele, com o caráter absoluto do método.

Melhor dizendo, o *terceiro grau da vigilância* trata da polêmica relativa à *metaciência*, que para Bourdieu é imprescindível ao conhecimento científico. A *metaciência da sociologia* proposta por Bourdieu, ou a *teoria do conhecimento do social*, apresenta-se, de acordo com os critérios defendidos por ele, como o *princípio unificador*⁶ que, ao permitir o reconhecimento dos *obstáculos epistemológicos*, torna-se capaz de estabelecer a identidade propriamente sociológica e, nesses termos, identidade científica ao discurso sociológico. É importante ressaltar que, para ser coerente com a lógica da *polêmica incessante da razão*, este caráter de *ponto de vista* fundador atribuído à *teoria do conhecimento social* não a retira do foco da *vigilância epistemológica*.

A discussão, decerto, é muito mais ampla, porém a questão que interessa aqui enfatizar é que, se o próprio discurso do discurso científico é produto de uma *prática social*, e as condições sócio-históricas constituem-se como *obstáculos epistemológicos*, para ser fiel aos princípios da *ação polêmica da razão*, tais condições devem ser submetidas à *vigilância epistemológica*. Para que essa *vigilância* seja efetivada, Bourdieu requisita a sociologia como instrumento. Ele afirma que a sociologia do conhecimento e da cultura e a sociologia do ensino das ciências são instrumentos quase indispensáveis à *vigilância do terceiro grau*.⁷

Tendo esboçada, em seus princípios, a relação entre a sociologia e a epistemologia, faz-se necessário tratar da segunda dimensão anunciada no início dessa apresentação: a dimensão sociológica relativa às análises do fazer científico, o que demanda expor os pressupostos da socioanálise proposta por Bourdieu para o desvelamento das condições sócio-históricas imanentes às *práticas científicas*.

A sociologia de Bourdieu tem suas bases nas *noções de campo, habitus e capital*, estas são ferramentas teóricas para o desvelamento do mundo social e encerram a concepção de que o

⁶ “A teoria do conhecimento sociológico, como sistema de regras que regem a produção de todos os atos e discursos sociológicos possíveis, e somente destes, é o princípio gerador das diferentes teorias parciais do social (quer se trate, por exemplo, da teoria das trocas matrimoniais ou da teoria da difusão cultural) e, por conseqüência, o princípio unificador do discurso propriamente sociológico que não deve ser confundido com uma teoria unitária do social.” (*A profissão*, 2000, p. 43).

⁷ Cf. *A profissão*, 2000, p. 108.

real é relacional.⁸ Para ele as *noções* cumprem a função de delimitar as escolhas no trabalho de *construção* do objeto, o que significa o mesmo que *construção* de sistemas de relações dotadas de capacidade para elucidar os dados sensíveis. Os sistemas de relações evidenciam os vínculos entre *práticas e posições*, elas próprias relacionalmente definidas como será exposto.

Em Bourdieu as *práticas* são o mesmo que *habitus em ação*. E o *habitus* é a expressão do corpo socializado, é a incorporação da história das relações vivenciadas em trajetórias sociais, estas trajetórias definidas como sinônimo das sucessivas posições ocupadas por cada agente nos espaços sociais. O *habitus* se expressa em um conjunto de disposições e categorias de percepção e avaliação. É nesse sentido que a história, a incorporada (*habitus*), é produto da história objetivada (*campo*) e, ao mesmo tempo, que ambas são produto das *práticas* ou ações dos *agentes* também são produtoras destas. Portanto o *habitus* para Bourdieu somente se realiza em relação com *espaços sociais* específicos.

A idéia de *sentido prático* encerra o caráter não-consciente das ações, mas, ao mesmo tempo, revela o conhecimento comum a todos os *agentes* que partilham um *habitus*, conhecimento incorporado no sentido mesmo de tornado corpo e de certo modo automatizado. Em decorrência da compreensão dos automatismos do *habitus*, Bourdieu sugere a substituição da *noção* de regras por *estratégias*, porque a idéia de “seguir regras” carrega o risco de que as ações dos *agentes* possam ser identificadas como produto de um cálculo a partir de conhecimentos explícitos, já o termo *estratégia* para ele define mais precisamente as ações como produto das disposições incorporadas, portanto, como já foi dito, como produto do sentido do *jogo* inscrito nos corpos e de natureza não-consciente.

Os *espaços sociais* específicos sobre os quais Bourdieu concentra suas análises são os *campos de produção cultural*, espaços de *posições* relativas umas às outras e definidas pela posse de *capital*. Desse modo ele define a estrutura de um *campo* como sendo a configuração espacial que reúne as diversas *posições*, cada uma detentora de um determinado volume e composição de *capital*.

A *noção de capital* refere-se às propriedades dos *agentes* que em um *campo* são reconhecidas como *valores*. Cada *campo* define em sua história seu *capital simbólico* específico. Capital simbólico porque assim reconhecido pela lógica específica de um coletivo de *agentes* que partilha semelhantes categorias de percepção e avaliação, partilha um mesmo *habitus*, e, por sua vez, reconhece o valor que ele mesmo confere às propriedades.

Bourdieu cita como espécies fundamentais de *capital*, o econômico, o *cultural* e o *social*. No caso do *campo científico*, a posse de *capital* econômico é importante por favorecer o acesso ao *capital cultural* ou *informacional* específico, ou seja, por favorecer a posse dos recursos científicos acumulados e disponíveis sob a forma de teorias.

Em termos ainda mais específicos, Bourdieu identifica o *capital científico* sob duas formas: o “poder temporal ou político”⁹ e o poder específico ou prestígio social, o primeiro,

⁸ De acordo com Louis Pinto (2000, p. 102): “O ‘modo de pensar relacional’ foi sistematizado em antropologia pelo estruturalismo, mas não é exclusividade deste, pois muito deve, segundo Bourdieu, à reflexão de outros autores, como Cassirer. Ao substituir a coisa pela relação, esse modo de pensamento satisfaz uma exigência muito geral, imposta em diferentes domínios: a exigência de criar entidades de nível mais abstrato, plenas de novas possibilidades operatórias.”

⁹ “[...] é o princípio burocrático dos poderes temporais sobre o campo científico como aqueles dos ministros e dos ministérios, dos decanos, dos reitores ou dos administradores científicos (esses poderes temporais são antes nacionais, ou seja, ligados a instituições nacionais, notadamente àquelas que regem a reprodução do corpo de cientistas – como as academias, os comitês, as comissões, etc. [...])” (*Science*, 2001, p. 113-114). “[...] est le principe bureaucratique de pouvoirs temporels sur le champ scientifique comme ceux des ministres et des ministères, des doyens, des recteurs ou des administrateurs scientifiques (ces pouvoirs temporels sont plutôt nationaux, c’est-à-dire liés aux institutions nationales, notamment à celles qui régissent la reproduction du corps des savants – comme les Académies, les comités, les commissions, etc. [...])” (*Science*, 2001, p. 113-114). Esta citação foi traduzida para o

relacionado às *posições* ocupadas nas instituições desse *campo*, que confere a seus detentores um poder de produção e reprodução da *estrutura*; e o segundo, que se constitui no alto reconhecimento dos pares.

Sendo o *campo científico* um *campo social* como outro qualquer, é marcado por lutas, relações de força, *estratégias*, interesses e lucro movidos pela busca comum do acúmulo do seu *capital simbólico*.

Falar de *campo* impõe também explicitar o que Bourdieu denomina *illusio* ou a crença fundamental em um *jogo*. Cada *campo* tem sua *illusio*, que, ao mesmo tempo em que constitui a condição para o seu funcionamento, apresenta-se como produto deste. Esse “acordo secreto” é base das disputas e, assim, do próprio *jogo*.

Para Bourdieu, compreender o fazer científico supõe admiti-lo como uma *prática* histórica e social, inscrita em um *campo* de produção cultural como outro qualquer; portanto *campo* de uma *prática* social, mas, ao mesmo tempo, distinto, pelas formas específicas de que se revestiu e se constituiu historicamente.

Uma das características do *jogo científico* é o fato de ele ser *jogado* em um *campo* identificado por Bourdieu como um dos universos onde existe a “negação” do interesse econômico, o que elucida uma das bases de compreensão desse mundo constituído como um *mercado* específico. A ambigüidade das *práticas* é constitutiva e constituidora desses *mercados* e, neste sentido, são *mercados* que instituíram uma *dupla verdade*.

A *noção* de *dupla verdade* permite refletir o que parece uma contradição introduzida pelas análises sociológicas desses universos: “[...] falar do preço de coisas sem preço [...]” (*Razões*, 1996 p. 169). O que fundamenta a análise do que aparece inicialmente como uma contradição é a *noção* de *dupla verdade*, porque permite o reconhecimento de que na economia das trocas simbólicas o que há é uma produção coletiva de crenças que são incorporadas em um processo de socialização comum, condição imprescindível às ações, o que suprime, por assim dizer, a necessidade da consciência das trocas ao tempo que as supõe. A história incorporada, o *habitus*, é um *capital* que possibilita aos agentes disporem das mesmas estruturas de percepção e de avaliação dos *bens simbólicos* de um universo social. Portanto a produção e reprodução da crença coletiva são produtos e produtoras do *campo*, de uma *estrutura* social, onde os *agentes* são capazes de *jogar* de acordo com as *estratégias* condicionadas pelo *jogo*, ainda que sem a intenção de fazê-lo.

Em decorrência da compreensão favorecida pela *noção* de *dupla verdade*, Bourdieu afirma que é preciso não opor, por exemplo, no caso da ciência, de um lado, o que a própria ciência assume como verdade (a objetividade, a originalidade, a utilidade e suas normas, o universalismo, o comunismo intelectual, o desinteresse e o ceticismo) e, de outro, todas as propriedades de um *jogo* social com suas *estruturas* e lutas.¹⁰

Bourdieu acrescenta, ainda, que uma outra característica do *campo científico* é o fato de ele ser marcado pela *lógica escolástica*. Desse modo, a análise dos “princípios” *escolásticos* é necessária à compreensão das especificidades desse *campo* e de sua *illusio*.

Os *campos escolásticos* (seja o religioso, artístico, jurídico ou científico), ao se estabelecerem como *campos de produção simbólica* distintos do universo econômico, constituem-se em *espaços sociais* específicos, cujo *jogo* de forças também possui “regras” e princípios próprios. Perpetuando as condutas instituídas na escola, os *campos escolásticos* seguem entendendo suas *práticas* sob a forma de “jogos sérios” e “exercícios gratuitos”.¹¹

português pelo professor George Mascarenhas pois o texto original em francês não têm tradução consolidada em Português.

¹⁰ Cf. *Razões*, 1996, p. 84-85.

¹¹ Cf. *Meditações*, 2001, p. 28.

Nestes, as estruturas cognitivas, como produto e condição de funcionamento, ao tempo em que carregam o arbitrário ou a *doxa* em seus princípios, também a incorporam às *práticas* e, como em um ciclo, à compreensão dessas *práticas* ou à “*teoria prática*”, termo utilizado por Bourdieu em oposição à *teoria científica*.

A tarefa de colocar no “lugar do pensado” a *doxa* e a *prática* a esta engendrada é destinada à sociologia, ciência capaz de realizar, de *dentro da própria escolástica* – respeitando as exigências do *jogo científico* – a *objetivação* que permita submeter a *prática científica* às análises necessárias para que se possa avançar na *ruptura* com a *doxa* e, conseqüentemente, manter sob a *vigilância* possível o risco da *adesão pré-reflexiva à ordem estabelecida*.¹²

Nessa perspectiva, ele compreende o *fato científico*, como produto de um *campo cultural*, uma *construção* coletiva de *agentes* aos quais é atribuída a autoridade sobre os “recursos científicos acumulados”, portanto supõe tanto os “produtores” como os “consumidores”, em um *jogo* cujos pares conferem o reconhecimento mútuo. É o *espaço de posições* que delimita as possibilidades do reconhecimento.

Como conseqüência dessa concepção de *jogo científico*, Bourdieu reconhece que, ao impor seus produtos, os cientistas necessitam impor sua definição de ciência, sua delimitação de problemas, metodologias e teorias mais adequadas à legitimação do seu trabalho. Portanto uma de suas conclusões é que a definição de ciência vigente no *campo científico* é produto do *jogo* de forças entre as *posições*.

Embora o desvelamento das condições de produção da ciência exponha a própria *prática* imbuída do seu *sentido do jogo*, ao reconhecer os mecanismos desse *jogo*, Bourdieu reconhece também que as condições específicas do *campo científico* produzem as condições de produção do *fato científico*; o que para ele não permite tomar as *construções* científicas como *ficções*, pois isso significaria reduzir a lógica das trocas simbólicas a interesses pertinentes à lógica do *campo econômico*.

O olhar científico é possível pela constituição de condições sociais específicas, que permitem a existência do *ponto de vista escolástico*, uma visão afastada das urgências do mundo. Este afastamento, entretanto, que é a própria condição de sua existência, apresenta-se como um risco, porque, pela implicação no *jogo escolástico* e da política específica dos *mercados de bens simbólicos*, o investigador tem uma vulnerabilidade maior, uma tendência a ignorar tal condição.

Mais precisamente, para que seja possível articular as diversas dimensões suscitadas em termos sociológicos à discussão epistemológica, é preciso explicitar que Bourdieu, de acordo com a *ruptura* com a oposição entre indivíduo e sociedade, informada pelas noções de *campo* e *habitus*, afirma que o verdadeiro “sujeito” do conhecimento científico é o *campo científico*. Essa perspectiva também se sustenta na compreensão de que o *campo*, como espaço de relações, constitui a condição de existência do produto, seja ele a arte, obra literária ou a ciência, o que não significa aderir à perspectiva de uma ação mecânica dos *agentes*, como já explicitado anteriormente.

Neste sentido, mais uma vez, a sociologia é apresentada como *meio científico* que, ao ser instrumento para a análise do *campo científico*, é também instrumento para a realização da *objetivação do sujeito* que constrói a ciência, para a *objetivação* das condições sociais da própria *objetivação*. Portanto aqui se explicita, ainda mais, a “natureza” dos “laços necessários” entre a epistemologia e a sociologia na obra de Pierre Bourdieu.

O trabalho de *objetivação* tem que ser compreendido como um *ponto de vista* sempre relativo a uma *posição* na estrutura de distribuição do capital simbólico desse campo, portanto deve ser *objetivado* também. A exterioridade em relação ao objeto, bem como a proximidade, têm que ser *construídas* como objetos. Essa *construção* inscreve-se na *vigilância epistemológica*

¹² Cf. *O campo científico*, 1983, p. 145, nota 38.

do terceiro grau ou na *vigilância* relativa ao método, ao discurso do discurso, à reflexão epistemológica.

Conhecer os determinismos sociais é condição para dominá-los. Para Bourdieu, o fazer verdadeiramente científico, devido às condições sociais que permitem a sua existência, oferece os meios para garantir esse domínio.

Decorre do referido reconhecimento a concepção de que as disputas características do *campo científico*, portanto travadas com as armas desse *campo*, com o *capital simbólico* específico, são conflitos inscritos indissociavelmente na ordem social e na ordem da racionalidade científica. O progresso da razão está submetido às condições sociais, ao tempo que também as submete. Isto porque, na medida em que se torna condição social dele mesmo, as institui.

O esquecimento ou recalque das condições sociais, como denomina Bourdieu, é próprio dos *mercados de trocas simbólicas* que supõem a mentira coletiva sobre a verdade da troca. A crença na cumplicidade de uma economia que garante as recompensas, a *illusio*, é uma condição eminentemente social, portanto somente pode ser desvendada, *objetivada*, a partir de teorias sociológicas. Ao possibilitar a *objetivação* da crença, a sociologia pode desvelar a produção do *campo científico* e seus produtos, as ciências, seus objetos, teorias, métodos etc., não no sentido de destruí-las, mas de reforçá-las nos termos em que a própria racionalidade científica propõe.

O *campo científico*, condição social objetiva, é constituído de todas as implicações e pressupostos que incluem as lógicas do *sentido prático*, da *escolástica* e do *mercado de trocas simbólicas*, fundado em uma *illusio* própria, por sua vez, fundadora de um *nomos*, ou esquemas de classificação específicos. Em sua história, encontra-se o fundamento para que se admita a *dupla verdade*: a ciência é histórica e, em sua história, é produtora de sua autonomia em relação à história.

Tendo como “suporte” os trechos acima citados e considerando mais radicalmente a concepção que entende a *vigilância* de terceiro grau como da ordem das reflexões propriamente epistemológicas, a *reflexividade*, demandada pelo *racionalismo aplicado* de Pierre Bourdieu, supõe que as análises sociológicas, como instrumento da *ação polêmica da razão*, estejam inscritas no “campo” da reflexão epistemológica. Ele mesmo afirma que *a sociologia é uma dimensão fundamental da epistemologia*.¹³

A sociologia da ciência, além de estar diretamente vinculada à *ruptura epistemológica*, via as *noções* de *campo* e *habitus*, inscreve-se mais profundamente na *polêmica da razão*, pois, nas palavras de Bourdieu: “Falar mais de estratégias do que de regras, é construir o objeto de outro modo, logo, interrogar os informantes de outros modos e analisar de outro modo suas práticas.” (*Razões*, 1996, p. 210). O fazer científico, de acordo com a unidade dos *atos epistemológicos*, segundo ele, deve se alterar significativamente, posto que as *teorias da prática* e dos *campos de produção cultural* aparecem como condição para o rigor científico nas análises do fazer científico.

A conclusão fundamental é que a *polêmica da razão* é indissociavelmente epistemológica e sociológica, o que supõe que toda *ruptura* seja uma *ruptura* tanto epistemológica como social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Pierre Bourdieu**. Tradução de Paula Montero e Alcía Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

¹³ Cf. *O campo econômico*, 2000, p. 20.



_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **O campo econômico:** A dimensão simbólica da dominação. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000.

_____; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo:** Preliminares epistemológicas. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Meditações pascalianas.** Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Science de la science et réflexivité.** (Cours du Collège de France 2000-2001). Paris: Raisons d'agir, 2001.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.